

Jogo Perigoso

Os efeitos estimulantes da eleição municipal subiram às cabeças dos políticos e ainda não se dissiparam. Com a maior bancada na Câmara (104 deputados) e desempenho eleitoral razoável no plano municipal, o PSDB quer obter benefícios legítimos que estão ao seu alcance, mas com uma pequena margem de consequências imprevisíveis. Os três maiores partidos integram a base de sustentação do governo.

Por uma prática tradicional, estava resolvida entre o PFL e o PMDB a eleição dos comandos do Senado e da Câmara: para o lugar do senador Antônio Carlos Magalhães na presidência do Senado, um nome do PMDB, enquanto a presidência da Câmara caberá ao PFL. Os nomes assentados são o senador Jader Barbalho (PMDB) e o deputado Inocêncio Oliveira (PFL). O acordo, porém, não invalida a apresentação da candidatura Aécio Neves — perfeitamente legítima — pelo PSDB como o maior partido da Câmara.

O jogo parlamentar não tem normas escritas mas obedece a um acordo tácito. Por ter mais experiência política, o PFL começou a mover as peças de um jogo para o qual é historicamente habilitado. Não fez ameaça nem passou recibo. A mensagem cifrada que transmitiu teve como destinatário o próprio presidente da República, anunciando uma diretriz específica de sentido social na sua atuação nos próximos dois anos.

A iniciativa do PSDB se destina a realizar um ato ditado por seus interesses, mas legítimo e sem

faltar à lealdade com os parceiros da base parlamentar. Já o PFL se sente livre para definir um campo de atuação política de grande fertilidade eleitoral. A ênfase no social reorienta o PFL no sentido de afastar-se dos interesses do Executivo, cada vez mais assediado pela cobrança de medidas de alcance social que entretanto iriam contrariar a austeridade na programação de gastos oficiais.

A candidatura Aécio Neves confirma disposição de lutar em causa própria a despeito dos riscos colaterais da operação. O PSDB quer aumentar o seu valor como peça do governo. Por enquanto há sinais de tremores de terra à medida que se aproximar a hora da eleição dos novos dirigentes da Câmara e do Senado. A maioria parlamentar se sustenta num processo volátil porque a base politicamente heterogênea é móvel pela própria natureza dos seus interesses.

Uma coisa é certa: o grau de conflito entre o PSDB e o PFL pode aumentar sem que ninguém no governo tenha a iniciativa de compor a relação com uma iniciativa de bom senso. O governo Fernando Henrique tem muito a perder com a conflagração entre os aliados, pois o tempo encurta para a aprovação de todas as matérias que se engarrafaram no trânsito parlamentar. O presidente não pode ser apenas espectador dos fatos. Precisarão assumir parte da responsabilidade pelo que suceder ou deixar de suceder. O momento de recomposição é curto para tantos interesses e ressentimentos acumulados.